

Intervenções arqueológicas no concelho de Bragança: subsídios para a construção da história e identidade bragançanas

Até há cerca de 15 anos, rareavam os trabalhos arqueológicos cientificamente conduzidos no aro do concelho, em geral, e na cidade, em particular, pelo que a história do território do Município basicamente se apoiava na documentação escrita e em vestígios arqueológicos de superfície, por vezes isolados ou descontextualizados ou de proveniência incerta.

O espaço actualmente ocupado pela cidade de Bragança, sendo uma malha urbana consolidada, com significativos índices de deterioração, ao beneficiar de programas como o PROCOM, o URBCOM e Pólis, foi alvo de uma profunda intervenção/renovação urbanística que teve por objectivo revitalizar o centro histórico, tornando-o num espaço aprazível e habitável. Dado que esses trabalhos implicavam revolvimentos de terras em áreas particularmente sensíveis em termos histórico-arqueológicos, tornaram-se numa oportunidade única para que equipas de arqueólogos pudessem intervir no subsolo da cidade, quer numa fase prévia à execução dos projectos, quer em fase de obra. Os trabalhos aqui realizados – consequência de uma prática de arqueologia urbana preventiva, de salvaguarda e valorização dos vestígios arqueológicos que o Executivo Municipal implementou com a criação do Gabinete Técnico Local para a Zona Histórica, quer em obras públicas, quer em privadas – traduziram-se em dezenas de sondagens e de observações arqueológicas que permitiram não só obter significativos contributos para a caracterização do quotidiano nas épocas medieval, moderna e contemporânea, mas também o alargamento do horizonte cronológico da ocupação do lugar onde se implanta Bragança.

Assim, os achados do período romano exumados na rua Abílio Beça, corroborados pelos da Praça Camões, pelos da cidadela e outros menos significativos, esclareceram de forma inequívoca que o sítio ocupado pela cidade já era habitado nessa época, relevante dado não só para a história local, alargando o horizonte histórico da sua ocupação para o século I, mas também para a história da romanização do Nordeste Transmontano.

Contudo, as características topográficas da cidadela, a par das características de um conjunto de reduzidos fragmentos aí recolhidos, poderão indiciar uma ocupação anterior, enquadrável na Idade do Ferro.



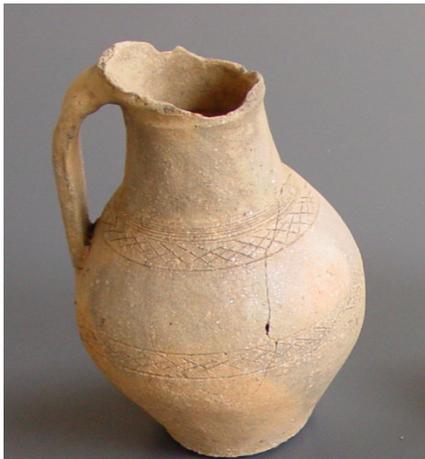
1: Vista geral dos vestígios do edifício porticado, do período romano (séc. I), identificado na Praça Camões.



2: Conjunto de peças (restauradas) em *terra sigillata* sudgálica e hispânica (séc. I-II).



3: Ponta de lança (restaurada), de cronologia romana (alto-império), recolhida na Praça Camões.



4: Jarro decorado, em cerâmica comum (séc. XIII-XV).



5: Anverso de dinheiro do reinado de D. Afonso X, de Leão e Castela (1277-1268).



6: Anverso de ceitel do reinado de D. Afonso V, de Portugal (1438-1481).



7: Reverso de meio tostão em prata, do reinado de D. João IV (1640-1656).

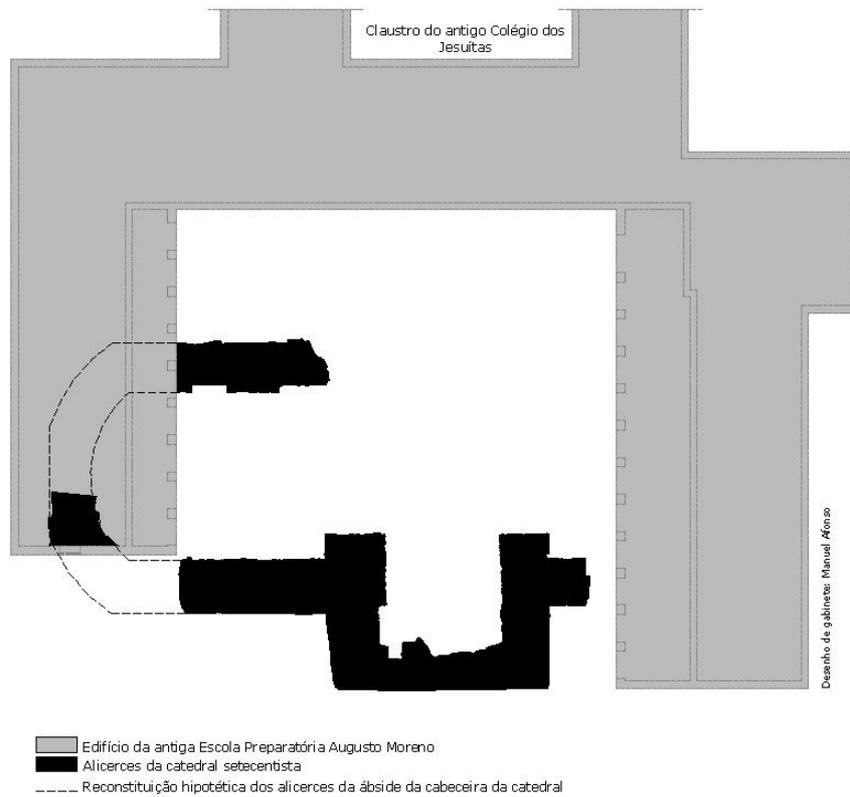
As sondagens realizadas no edifício do antigo Colégio dos Jesuítas/ex-Escola Augusto Moreno permitiram a identificação de um poço de fundição de sinos de finais do séc. XVII, importante contributo para a história das técnicas e das intervenções nos edifícios religiosos da cidade, cuja musealização permite hoje a sua visualização, e que, conjuntamente com os monumentais alicerces da projectada catedral setecentista, identificados no antigo pátio de jogos, e também, parcialmente, visíveis, sem dúvida muito valorizam o edifício do Centro Cultural Municipal, onde no espaço “Memória da Cidade” se expõem alguns dos resultados dos trabalhos arqueológicos realizados na cidade. De resto, este edifício constitui um exemplo claro de que a preservação do património edificado e arqueológico não constitui entrave à modernização e requalificação de espaços antigos, antes os enaltecem e particularizam.



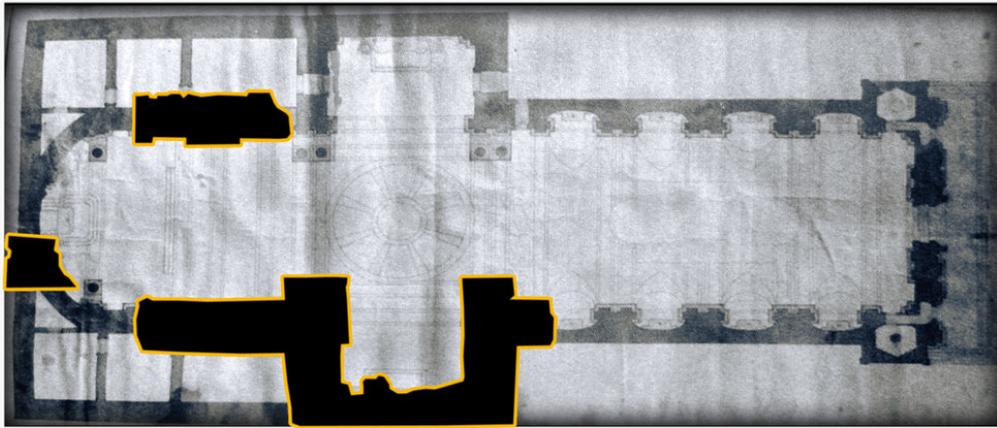
8: Aspecto parcial dos restos dos moldes de fundição de sinos em bronze, identificados e musealizados no edifício do actual Centro Cultural Municipal.



9: Perspectiva sobre os alicerces do transepto sul da catedral, aquando das obras para o novo Centro Cultural Municipal.



PLANTA DA CATEDRAL (Séc. XVIII)



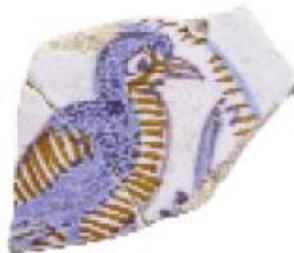
TOTALIDADE DOS ALICERCES DA CATEDRAL IDENTIFICADOS

10: Identificação da totalidade das estruturas setecentistas exumadas.

O estudo dos materiais exumados revelou que o posicionamento geográfico de Bragança não foi impeditivo de que aqui tivessem chegado peças provenientes de zonas mais ou menos longínquas. São disso exemplos as peças em *terra sigillata* sudgálica, as lucernas da Bética (época romana), o fragmento de porcelana chinesa da dinastia Ming (datada do séc. XVI) e os fragmentos de cerâmica esmaltada talaverana (Época Moderna).



11: Fragmento de taça em porcelana chinesa, do período Jianjing (1522-1566) da Dinastia Ming, símbolo de notoriedade e riqueza de quem a possuía.



12: Fragmento de prato (finais do séc. XVI - início do séc. XVII), em faiança de Talavera de la Reina, cujas produções obtiveram reconhecido prestígio.

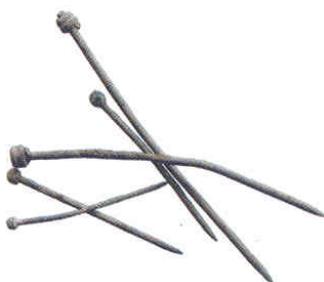


13: Azulejo hispano-árabe (restaurado), do séc. XVI, realizado com técnica de aresta, de provável origem sevilhana.

Da escavação parcial das necrópoles associadas às igrejas de S. Vicente, de S. Sebastião, de Sta. Maria e de S. João (esta já desaparecida) resultou a exumação de um significativo conjunto de indivíduos que possibilitou a realização de estudos de antropologia física da população bragançana dos séculos XIII-XVI. Assim, para além dos objectos que testemunham a vivência diária daqueles que aqui habitaram, "conhecemos" também alguns dos que por cá morreram – ou pelo menos foram enterrados –, podendo agora ter-se uma ideia aproximada da estatura desta população, das suas patologias e da sua dieta, por exemplo.



14: Par de brincos, em prata, recolhidos na necrópole associada à desaparecida igreja de S. João.



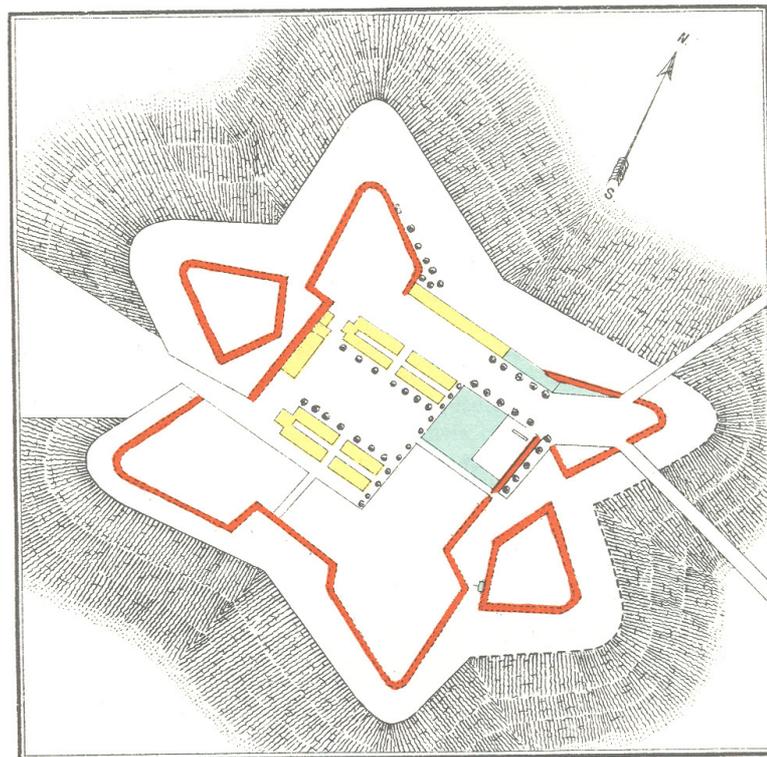
15: Conjunto de alfinetes de mortalha, em bronze (época Moderna), exumados nos enterramentos da necrópole associada à igreja de S. Vicente.

Os trabalhos arqueológicos realizados na zona do antigo Forte de S. João de Deus, no âmbito da ampla reconversão urbanística desta área, permitiram a identificação de importantes vestígios relacionados quer com a estrutura defensiva desta estrutura militar, iniciada em meados do séc. XVII, quer com as suas

diferentes fases de ocupação/remodelação. Nomeadamente, o troço sudoeste do fosso escavado na rocha; a cortina virada a nor-nordeste, que ainda mantém o arranque do flanco do baluarte nor-noroeste, e que no séc. XIX foi integrada numa das paredes da caserna então construída, da qual ainda se conserva parte. Foram ainda identificados o nível de circulação e as paredes que conformam uma das cavaliariças provavelmente construída ou remodelada nos inícios de Oitocentos. Ainda desta centúria é o edifício então destinado à Secretaria Regimental e que agora alberga o Centro de Memória do Forte de S. João de Deus.

PLANTA GERAL DO FORTE DE SÃO JOÃO DE DEUS, 1897

Escala $\frac{1}{5000}$



16:Planta do Forte de S. João de Deus, em 1897, segundo cor. Albino Lopo.



17: Troço do fosso após o desaterro. O tracejado indica o seu contorno.



18: Vestígios da cortina com arranque do flanco do baluarte.



19. Perspectiva parcial da parede da caserna construída, no séc. XIX, sobre a cortina do séc. XVII (o tracejado separa os dois momentos construídos)

No âmbito das obras de beneficiação do acesso ao edifício do actual Paço Episcopal, para além de espólio associado ao quotidiano moderno e contemporâneo, foram identificados um poço (época Moderna?) e uma valeta destinada ao escoamento das águas da antiga Estrada do Sabor, actual Avenida Cidade de Zamora.



20. Poço identificado no terreno fronteiro ao actual Paço Episcopal de Bragança.



21. Troço da valeta (séc. XIX) destinada ao escoamento das águas da antiga estrada do Sabor.

Mas a investigação arqueológica não se confiou ao espaço da cidade. De entre as várias dezenas de sítios arqueológicos conhecidos na área do concelho, destaca-se a Torre Velha/Terras de S. Sebastião (Castro de Avelãs), local apontado pelos investigadores ora como centro religioso ora como capital dos Zoelas (povo mencionado por Plínio, no séc. I), havendo, também, quem aqui localize uma das estações viárias da designada via XVII do Itinerário de Antonino que, em época romana, ligava Braga a Astorga e que atravessa transversalmente o actual concelho de Bragança.

Perspectivando uma correcta intervenção – e considerando a grande dispersão dos materiais à superfície, a ocupação da área por parcelas agrícolas privadas e o desconhecimento das áreas intervencionadas por José Henriques Pinheiro, no séc. XIX – foram realizados trabalhos de foto interpretação e de prospecção geofísica, os quais, para além de indiciarem a existência de estruturas antigas preservadas, permitiram detectar zonas de maior potencial para realização de trabalhos de caracterização arqueológica. Para isso, o Município – consciente do quão importante é o esclarecimento da funcionalidade e da relevância que este sítio teve na rede de povoamento e do papel que o património tem na promoção e na dinamização local – e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assinaram um protocolo para levar a cabo um projecto de investigação neste arqueossítio, concretizado em duas campanhas de escavação e consequentes trabalhos de gabinete.

Os cerca de 470m² de área escavada revelaram vestígios que permitem agora afirmar que a Torre Velha/Terras de S. Sebastião foi ocupada de forma contínua durante mais de mil anos, distribuídos pelos períodos romano, suevo-visigótico e séculos que antecederam a formação do reino de Portugal.

De entre os testemunhos da época romana (séc. I-V) contam-se – para além de um provável edifício público cuja função por ora de desconhece – os restos de alguns edifícios de habitação e os objectos associados ao quotidiano de quem aqui viveu ou passou: fragmentos de cerâmica de uso doméstico (alguns dos quais de importação), objectos de adorno, moedas, epígrafes e, ainda, vestígios de algumas actividades artesanais.

Posterior ao século V será um provável edifício religioso – cuja construção se destaca pela utilização do granito – certamente inscrito no período suevo-visigótico, e uma extensa área de necrópole, cujas datações obtidas pelo método C14 permitiram balizar a utilização deste espaço funerário entre a 2.^a metade do séc. VI e o séc. XII.

DEO
AERNO
ORDO
ZOELAR
EX VOTO.

22: Tradução: "Ao deus Aerno. O Ordo dos Zoelas, por voto".
Texto que permitiu, pela primeira vez, relacionar os Zoelas com a região de Bragança.



23: Trabalhos de escavação no interior de um dos edifícios de época romana.



24: Trabalhos de escavação no interior de um dos edifícios de época romana.



25: Aspecto de um dos edifícios de época romana.



26: Moeda do século III.



27: Perspectiva parcial do espaço funerário medieval.



28: Escavação de sepulturas medievais.



29: Aspecto de um dos enterramentos identificados.



30: Vista parcial do interior do provável edifício religioso paleocristão.

Decorridos estes anos de trabalhos arqueológicos, a Arqueologia tornou-se numa fonte privilegiada de conhecimento histórico, efectivamente imprescindível ao modelo de desenvolvimento, respeitador dos valores patrimoniais, preconizado para a cidade e para o concelho.

Os resultados alcançados são, pois, um contributo para o reforço da memória histórica e identidade social e cultural da gente bragançana, construída por sucessivas gerações ao longo de – como evidencia a Arqueologia – cada vez mais séculos.

As “coisas” são, de facto, testemunhos da História, uma herança que a terra e o tempo foram guardando e que nos cumpre preservar.